

MÃE MENINAZINHA DE OXUM

“eu vou continuar lutando”

Nascida no dia 28 de agosto de 1937, registrada como Maria do Nascimento, renascida espiritualmente em 1960, **Mãe Meninazinha de Oxum** é uma das mais importantes lideranças vivas do candomblé no estado do Rio de Janeiro. Seu terreiro está situado na rua General Olímpio da Fonseca, 380, no bairro de São Mateus, no município de São João de Meriti (RJ).

Em 1997, aos 60 anos, ela fundou o **Museu Memorial Iyá Davina**. Hoje, praticamente 30 anos depois daquele gesto inaugural, é possível compreender que Mãe Meninazinha não estava criando apenas uma instituição cultural, ela estava também inaugurando uma nova forma de lidar com o conhecimento museal. Em certa medida, acionando sua imaginação museal, ela lançava pistas para uma possível museologia singular e diferenciada, colocada em movimento a partir dos museus de terreiro ou, de modo mais amplo, colocada em conversa com os museus que lidam com o sagrado afro-brasileiro. Essa respeitada iyalorixá da Baixada Fluminense, apontou caminhos que hoje estão em diálogo

MÃE MENINAZINHA DE OXUM
“eu vou continuar lutando”

Reitor da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Prof. dr. José da Costa Filho

Pró-reitora de Graduação
Profª. dra. Luana Azevedo de Aquino

Pró-reitora de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação
Profª. dra. Cleonice Alves de Melo Bento

Pró-reitor de Extensão e Cultura
Prof. dr. Vicente Aguilar Nepomuceno de Oliveira

Pró-reitora de Ações Afirmativas, Diversidade e Inclusão
Profª. Dra. Ana Paula de Oliveira Sciammarella

Pró-reitor de Assuntos Estudantis
Prof. Dr. Gustavo Naves Franco

Pró-reitor de Planejamento
Sidney Cunha de Lucena

Pró-reitor de Administração
Jeremias da Cunha Lemos Garcia

Pró-reitora de Gestão de Pessoas
Paola Orcades Meirelles

Decana do Centro de Ciências Humanas e Sociais
Profª. dra. Miriam Coser

Diretor da Escola de Museologia
Prof. dr. Mario Chagas

Diretora do Departamento de Estudos e Processos Museológicos
Profª. dra. Monique Magaldi

Coordenação do Programa de Pós-graduação Museologia e Patrimônio
Profª. dra. Helena Uzeda e prof. dr. Ivan Coelho de Sá

Coordenação do Programa de Pós-graduação em Memória Social
Profª. dra. Daniele Achilles Dutra da Rosa e
profª. dra. Bianca Rihan Pinheiro Amorim

Mario Chagas
Maria Helena Versiani
Marco Antonio Teobaldo



MÃE MENINAZINHA DE OXUM
“eu vou continuar lutando”

espirógrafo
editorial

Copyright @ 2026 by Ilê Omolu Oxum CNPJ 36.068.856/0001-46

Dossiê de candidatura de Mãe Meninazinha de Oxum ao título de Doutora Honoris Causa (área de Museologia) pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), de autoria de Mario Chagas, Maria Helena Versiani e Marco Antonio Teobaldo

Com a colaboração de Claudia Guerra, Monique Magaldi, Regina Abreu e Vinicius Zacarias

Foto da capa e da folha de rosto: Alex Ferro
Design gráfico: Marcia Mattos/Espirógrafo Editorial
Revisão: Clarissa Penna

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
(CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO, SP, BRASIL)

Mãe Meninazinha de Oxum : "eu vou continuar lutando" / Mario Chagas, Maria Helena Versiani e Marco Antonio Teobaldo. -- Rio de Janeiro : Espirógrafo Editorial, 2026.

ISBN 978-85-68002-12-4

1. Museologia 2. Oxum (Culto) 3. Patrimônio cultural 4. Religiões afro-brasileiras I. Chagas, Mario. II. Versiani, Maria Helena. III. Teobaldo, Marco Antonio.

26-363745.0 CDD-069

Índices para catálogo sistemático:
1. Museologia 069
Suelen Silva Araújo Oliveira - Bibliotecária - CRB-8/11482

Espirografo Editorial
marcia.mattos@gmail.com
www.instagram.com/espirografoeditorial

ACERVO ILÊ OMOLU OXUM



Mãe Meninazinha de Oxum e seus filhos de santo no lançamento do CD "Ilê Omolu Oxum: Cantigas e Toques para os Orixás". Museu Nacional, Rio de Janeiro (2004). Fotografia: autor desconhecido.

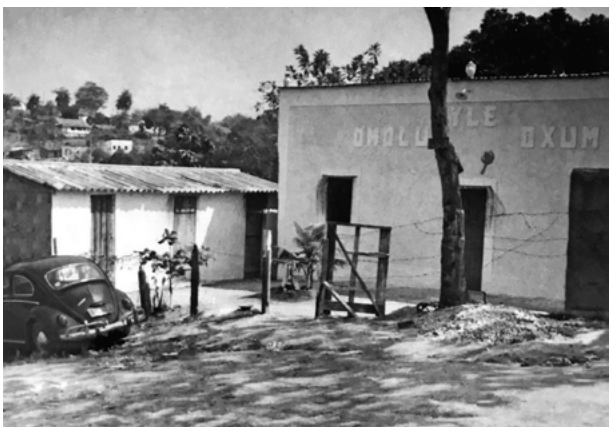
Muitos dos nossos pais de santo, mães de santos, iyalorixás, babalorixás foram agredidos fisicamente, foram presos, jogados numa delegacia. E nossos bens, sequestrados. Nossos bens são a nossa riqueza, o nosso ouro, o nosso sagrado, que, para nós, vale muito, mais que ouro, tem muito valor. E, para a polícia, não. Nós fomos taxados de bruxos, feiticeiros, e não é isso, nós cultuamos orixás, que são elementos da natureza. E esse acervo lá no Museu da Polícia nos envergonha. Eu falo isso com muita tristeza, mas com fé em Deus e nos orixás, como representante do candomblé e como representante dos orixás, eu vou continuar lutando.

Mãe Meninazinha de Oxum

ACERVO ILÊ OMOLU OXUM



ACERVO ILÊ OMOLU OXUM



ACIMA: Joselita de Omolu, Lourdes de Iansã e Mãe Meninazinha (em pé). Iyá Davina de Omolu (sentada). Casa-Grande, Mesquita/RJ (1962). Fotografia: autor desconhecido;
ABAIXO: fachada do Ilê Omolu Oxum, São Mateus, São João de Meriti/RJ (1975). Fotografia: autor desconhecido.

Sumário

1. Introdução — uma museologia singular 11

2. O contexto: memória situada e patrimônio criminalizado 15

3. O Museu Memorial Iyá Davina: fundação e princípios 21

4. Do museu de terreiro à campanha "Liberte Nosso Sagrado" 27

5. Parâmetros para a Museologia de Terreiro: contribuições conceituais e metodológicas 37

6. Além da Escola de Museologia, dois cursos de pós-graduação do CCHS apoiam a titulação de Mãe Meninazinha de Oxum 49

7. Múltiplas dimensões da atuação de Mãe Meninazinha de Oxum 57

8. O legado: além da trajetória individual 65

9. O racismo no Brasil é coisa de branco e tem raiz colonial 71

10. Considerações finais 79

11. Referências 83

Mãe Meninazinha de Oxum: museologia de terreiro e gestão patrimonial comunitária em movimento





ALEX FERRO

ACERVO ILÊ OMOLU OXUM / ALEX FERRO

ACERVO ILÊ OMOLU OXUM / ALEX FERRO



Ekedi Hilda de Oxalá, Mãe Meninazinha de Oxum, Mãe Nilce de Iansã e Mãe Neide de Omolu durante as gravações de Balaio de Omolu. *Marambaia, Nova Iguaçu/RJ (2021).*

1. Introdução — uma museologia singular

Em 1997, Maria do Nascimento, conhecida no mundo religioso de matriz afro-brasileira como Mãe Meninazinha de Oxum,[1] fundou, aos 60 anos, o Museu Memorial Iyá Davina. Hoje, praticamente 30 anos depois daquele gesto inaugural, é possível compreender que Mãe Meninazinha não estava criando apenas uma instituição cultural, ela estava também inaugurando uma nova forma de lidar com o conhecimento museal. Em certa medida, acionando sua imaginação museal,[2]

---

1 Nascida no dia 28 de agosto de 1937, registrada como Maria do Nascimento, renascida espiritualmente em 1960, Mãe Meninazinha de Oxum é uma das mais importantes lideranças vivas do candomblé no estado do Rio de Janeiro. Seu terreiro está situado na rua General Olímpio da Fonseca, 380, no bairro de São Mateus, no município de São João de Meriti (RJ).

2 Ver CHAGAS, Mario de Souza. **A imaginação museal: museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto**

ela lançava pistas para uma possível museologia singular e diferenciada, colocada em movimento a partir dos museus de terreiro ou, de modo mais amplo, colocada em conversa com os museus que lidam com o sagrado afro-brasileiro. Essa respeitada iyalorixá da Baixada Fluminense, repita-se, sustentada em sua imaginação museal, apontou caminhos que hoje estão em diálogo com a denominada Museologia Social[3] e, de modo mais específico, com a assim chamada Museologia de Terreiro.[4]

Suas contribuições para os estudos e projetos de pesquisa, ensino e extensão da Escola de Museologia, bem como dos programas de pós-graduação em Memória Social e em Museologia e Patrimônio, se evidenciam

---

Freyre e Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro: MinC/Ibram, 2009.

3 Ver a apresentação do dossiê "A museologia social e outras museologias possíveis: o museu que não cuida da vida não cuida de nada", organizado por Maria Helena Versiani e Mario Chagas, publicado no volume 59 dos *Anais do MHN* (2025).

4 Ver TEOBALDO, Marco Antonio. **Museologia de terreiro — vivências no Museu Memorial Iyá Davina**. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2025. Defesa realizada no Ilê Omolu Oxum, em São João de Meriti, em 17 de junho de 2025.

por meio de monografias, dissertações, teses, textos publicados, palestras, seminários e outros percursos universitários.

Mãe Meninazinha de Oxum não produziu uma teoria sobre gestão patrimonial democrática, ela vivenciou processos e inspirou formas de luta e resistência; ela não dissertou sobre a importância de comunidades tradicionais na salvaguarda de seus próprios patrimônios, ela inventou dispositivos e construiu ferramentas para que isso acontecesse. Há em sua biografia uma virada de chave: Mãe Meninazinha não argumentou abstratamente (por mais importantes que esses argumentos sejam) sobre a necessidade de reparação histórica e sobre os processos de decolonização; ela liderou uma experiência concreta que resultou em uma das maiores conquistas de reparação patrimonial das religiões afro-brasileiras no Brasil, que culminou com a transferência do Acervo Nosso Sagrado do Museu da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro para o Museu da República, no dia 21 de setembro de 2020; e orientou, desde o primeiro momento até a atualidade, os rumos

teóricos e práticos do Museu Memorial Iyá Davina, criado em 1997, que, a rigor, se constitui em uma experiência sensível de museologia decolonial.

A ação de Mãe Meninazinha de Oxum estabeleceu parâmetros éticos, pedagógicos e políticos que hoje contribuem para a emergência da Museologia de Terreiro.

2. O contexto: memória situada e patrimônio criminalizado

Para compreender a dimensão inovadora e pioneira do ato de fundar um museu de terreiro na Baixada Fluminense em 1997, é preciso situar historicamente o lugar das religiões de matriz africana no projeto de nação em construção no Brasil.

No período compreendido entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX, ou, de modo mais preciso, entre 1889 até 1946,[5] terreiros de candomblé e

5 Ver: OXUM, Mãe Meninazinha de; IANSÃ, Mãe Nilce de; VERSIANI, Maria Helena; CHAGAS, Mario. A chegada do Nosso Sagrado no Museu da República: "a fé não costuma faiá". *In*: PRIMO, Judite; MOUTINHO, Mário (org.).

umbanda foram sistematicamente alvos de violência do Estado. Sob a justificativa escorada no biombo de uma legalidade frágil, operadores da polícia, com a proteção de operadores da justiça, com o respaldo social de operadores da imprensa, da medicina e da religião, perseguiam e combatiam o que denominavam de "curandeirismo", "charlatanismo" e "baixo espiritismo". Com base em argumentos preconceituosos e racistas, a polícia invadia espaços sagrados, prendia, constrangia e humilhava as lideranças religiosas, confiscava objetos litúrgicos sacralizados e os exibia como "provas de crime". A perseguição às religiões de matriz afro-brasileira não esteve restrita à cidade do Rio de Janeiro, ela também aconteceu no Recife, em Maceió, em Salvador e em Porto Alegre e, em certa medida, por todo o território brasileiro. Foi bem-sucedida a campanha para a libertação do Nosso Sagrado, que, a rigor, vem a ser o primeiro acervo religioso de matriz afro-brasileira inscrito no

---

Sociomuseologia: para uma leitura crítica do mundo. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 2021.

Livro do Tombo Arqueológico, Paisagístico e Etnográfico do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), atualmente denominado Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Na ocasião, em 1938, esse acervo foi registrado e denominado como "Coleção Museu da Magia Negra". Mãe Meninazinha de Oxum lutou não somente a favor da libertação do acervo, como também pela mudança de sua denominação, o que veio a ocorrer, recentemente, no dia 21 de março de 2023.

É importante levar em conta que, mesmo depois da Constituição de 1946, a perseguição às religiões afro-brasileiras continuou em movimento. Ainda hoje, na segunda década do século XXI, a perseguição religiosa e o racismo religioso continuam em ação, produzindo mortes, doenças e destruição de terreiros.[6] A mão que

6 Ver a publicação *Respeite o meu terreiro: racismo religioso contra os povos tradicionais de religiões de matriz africana no Brasil*, idealizada pela Rede Nacional de Religiões Afro-brasileiras e Saúde (Renafro) e o terreiro Ilê Omolu Oxum. Trata-se de pesquisa (em segunda edição) realizada em parceria com a Coordenação de Liberdade Religiosa (CGLIB),

hoje opera o crime de perseguição pode não ser a mão do Estado, mas o silêncio, a falta de proteção concreta, a falta de punição, a falta de políticas públicas de reparação e de campanhas pedagógicas continuam na conta do poder público.

Nesse contexto de perseguição e racismo religioso, de longa duração, a simples existência de um terreiro na segunda metade do século XX era um ato de resistência. Documentar sua história, preservar sua memória e torná-la pública através de um museu eram, em 1997, um ato de coragem política e uma declaração conceitual e afirmativa de direitos que diziam: nossos saberes, nossas histórias e nossas culturas não merecem apenas ser preservadas, elas também têm o direito de se constituir em instituições culturais públicas e abertas ao público, de se afirmar como instituições

---

a Secretaria de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos (SNDH) do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) e o Grupo de Pesquisa Museologia Experimental e Imagem (MEI) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), com o apoio da Defensoria Pública da União (DPU) e do Instituto Raça e Igualdade.

diferenciadas, com protocolos próprios e singulares, longe dos modelos convencionais que buscam salvaguardar as memórias das classes dominantes.

Fachada do Ilê Omolu Oxum.
Marambaia, Nova Iguaçu/RJ (1971).
Fotografia: autor desconhecido.



ACERVO ILÊ OMOLU OXUM

3. O Museu Memorial Iyá Davina: fundação e princípios

3.1. Genealogia institucional

Fundado em 1997 no terreiro de candomblé Ilê Omolu Oxum, em São João de Meriti, o Museu Memorial Iyá Davina nasceu da necessidade de honrar a memória de Iyá Davina de Omolu, figura central na história do candomblé fluminense, avó biológica e mãe de santo de Mãe Meninazinha de Oxum. É importante registrar que o Museu Memorial Iyá Davina foi concebido a partir de uma consciência aguda sobre a potência da oralidade e da cultura material das comunidades de terreiro.

Ao contrário dos museus convencionais, que frequentemente nascem de iniciativas do Estado ou de elites culturais,

o Museu Memorial Iyá Davina emergiu de uma comunidade religiosa, respondendo às suas necessidades específicas de preservação, educação e autoafirmação.

3.2. Características estruturantes

O museu estabeleceu princípios e firmou-se em características que, retrospectivamente, reconhecemos como fundamentos da Museologia de Terreiro:

Territorialidade sagrada O museu e o terreiro algumas vezes se confundem, mas a perspectiva dos fundamentos e dos preceitos espirituais os diferencia. Tanto o museu quanto o terreiro projetam-se para fora de si mesmos. A rigor, o museu é vivo e é também o terreiro vivo e em movimento. Muitas vezes, não há separação entre o espaço museológico (ou cultural) e o espaço religioso (ou cultual), a vivência do candomblé e da umbanda e de outras manifestações religiosas afro-brasileiras tende a não separar a vida da religião, mas, ainda assim, muitas distinções existem.

E os museus de terreiro lidam, a seu modo, com essas distinções.

Hierarquia e gestão comunitária A comunidade de terreiro detém a autoridade sobre o que deve ser preservado, como deve ser interpretado e quando, onde e como determinado bem sagrado pode ser exibido. Faz parte da vida cotidiana das comunidades de terreiro o respeito à sabedoria dos mais velhos e à hierarquia, que não se impõe com a força, mas com o reconhecimento e o cuidado.

Pedagogia da ancestralidade O museu funciona como espaço educativo, pedagógico, formador de consciência cidadã; nele se transmitem não apenas informações históricas – o que já não seria pouco –, mas também valores, vivências, experiências, cosmovisões e éticas próprias das tradições afro-brasileiras. Nada disso é novidade em um terreiro; a novidade está em inserir a dimensão museal na pedagogia da ancestralidade.

Memória viva No Museu Memorial Iyá Davina, a dimensão sagrada dos objetos é

mantida. Eles não deixam de ser parte do axé da casa por terem sido musealizados; ao contrário, os objetos sagrados passam por uma dupla sacralização, ou, em outros termos, por uma confirmação de sua sacralização. Além disso, a memória viva que articula cultura material e oralidade neles é valorizada.

Resistência como curadoria e curadoria como resistência A seleção do que preservar e a decisão de como narrar não seguem apenas critérios estéticos ou históricos convencionais, mas fundamentos, baseados no conhecimento ancestral, na tradição, nos sentidos da espiritualidade e, também, na necessidade política e poética de combater o apagamento e a desqualificação das culturas afro-brasileiras e de valorizar os processos curatoriais coletivos, colaborativos, participativos e compartilhados.

3.3. Estudos e reconhecimentos

A importância do Museu Memorial Iyá Davina foi reconhecida na dissertação

de mestrado de Marco Antonio Teobaldo, defendida no próprio terreiro Ilê Omolu Oxum, em 17 de junho de 2025, intitulada *Museologia de Terreiro – vivências no Museu Memorial Iyá Davina*, sob a orientação do professor Mario Chagas (Unirio/PPG-PMUS). Esse trabalho analisa como a experiência iniciada por Mãe Meninazinha de Oxum estabeleceu procedimentos metodológicos para um campo emergente.

O museu tornou-se referência (mais ou menos explicitada) para iniciativas similares em outros terreiros e, a seu modo, contribuiu para a pesquisa a respeito das especificidades da gestão patrimonial em contextos de comunidades tradicionais de matriz africana.

A partir do museu criado por Mãe Meninazinha de Oxum, foi realizado o I Seminário Brasileiro de Museologia de Terreiro, em 9 de setembro de 2025, na sede do Iphan, no Rio de Janeiro, em parceria com a Unirio, de onde nasceu a Rede Brasileira de Museologia de Terreiro (Remuste).

ACERVO ILÊ OMOLU OXUM / ALEX FERRO



Mãe Meninazinha em frente à exposição de longa duração do Museu Memorial Iyá Davina — Ilê Omolu Oxum. São João de Meriti/RJ (2022).

4. Do museu de terreiro à campanha "Liberte Nosso Sagrado"

4.1. O nascimento de uma nova consciência patrimonial

A campanha "Liberte Nosso Sagrado" (2017-2020) não foi um evento isolado na trajetória de Mãe Meninazinha de Oxum, mas, sim, o desdobramento de uma consciência patrimonial que se construía desde sua juventude, quando Iyá Davina de Omolu lhe despertou com uma frase que a seguiu por toda a vida: "Precisamos tirar de lá as nossas coisas que estão nas mãos da polícia".

Se o Museu Memorial Iyá Davina estabeleceu alguns princípios de como comunidades tradicionais de terreiros podem, se

assim o quiserem, gerir sua própria memória, a campanha aplicou esses mesmos princípios em escala ainda mais ampla, exigindo que o Estado brasileiro reconhecesse o erro histórico de ter sequestrado, criminalizado e exposto objetos sagrados como troféus de uma suposta vitória na guerra[7] religiosa e, posteriormente, renegado sua importância histórica e patrimonial, deixando-os em condições degradantes de conservação, ainda que tenham sido tombados pelo próprio Estado.

De acordo com a vontade expressa de Mãe Meninazinha de Oxum em diversas ocasiões, a pedagogia racista e fascista instituída pela polícia para exibir o Nosso Sagrado como artefatos exóticos e como provas de um crime que nunca existiu deveria ser transformada em um projeto educativo no qual os bens sagrados receberiam um tratamento ético e respeitoso com o

7 A perseguição religiosa operada pelas forças policiais, pela justiça e pela imprensa foi registrada nos periódicos da primeira metade do século XX, especialmente nas décadas de 1930 e 1940, com um vocabulário belicoso, depreciativo e racista.

povo de terreiro, apresentando seus significados litúrgicos reveláveis e visibilizando as biografias das lideranças religiosas que foram submetidas à violência do Estado; um projeto educativo que contribuiria para o combate radical ao racismo religioso e a toda e qualquer forma de preconceito.

4.2. Metodologia de mobilização e articulação

A campanha "Liberte Nosso Sagrado" demonstrou notável sofisticação política. Mãe Meninazinha de Oxum, suas irmãs e irmãos de santo, como Mãe Beata de Iemanjá, Mãe Palmira de Oyá, Mametu Mabeji, Mãe Nilce de Iansã, Mãe Flávia Pinto, Mãe Marcinha de Oxum, Pai Roberto Braga, Pai Mauro de Oxóssi, Pai Adailton de Ogum, Tata Songheli, Ogã Marcos Aurélio, Egbomi Marco Antonio Teobaldo de Oxóssi e outras lideranças religiosas, construíram alianças estratégicas com o Ministério Público Federal (MPF), a Defensoria Pública da União (DPU), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a

Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), a Câmara Municipal do Rio de Janeiro e também com artistas, professores, políticos, pesquisadores, estudantes e lideranças de movimentos sociais.

A campanha mobilizou a opinião pública por meio de audiências, notícias, documentários e eventos culturais; estabeleceu diálogo técnico com profissionais de museus, mantendo sempre a comunidade de terreiro como protagonista; e articulou diferentes parcerias nas áreas jurídica, política, artística, científica, comunicacional, cultural e religiosa.

4.3. A conquista: transferência e gestão compartilhada

Em 21 de setembro de 2020, em pleno período de restrições impostas pela pandemia de Covid-19, os 517[8] objetos sagra-

8 As últimas conferências feitas pela equipe do projeto Pesquisa e Documentação Acervo Nosso Sagrado Iphan-Unirio, em parceria com a pesquisadora Maria Helena Versiani, confirmaram que a coleção é composta de 517 objetos sagrados.

dos foram transferidos do Museu da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro para o Museu da República, mas o mais revolucionário não foi a transferência física, e sim o modelo de gestão estabelecido, a pedido do então diretor do Museu da República durante a primeira reunião com as lideranças religiosas da campanha "Liberte Nosso Sagrado", realizada em 19 de julho de 2018. Pela primeira vez, até onde se tem notícia, na história da museologia brasileira, uma comunidade tradicional de terreiro passou a cogerir, em igualdade de condições com técnicos do poder público, um acervo patrimonial tombado nacionalmente.

Mãe Meninazinha de Oxum assumiu a presidência de honra do Grupo de Gestão Compartilhada do Acervo Nosso Sagrado, formado por dez terreiros que participaram ativamente da campanha – cada um indicou um representante titular e um suplente.[9] Assim como nos terreiros, onde a hie-

9 As 10 casas que compõem o Grupo de Gestão Compartilhada são as seguintes: Ilê Omolu Oxum, Associação Espírita Senhor do Bonfim Oxalá Kupapa Unsaba/Bate Folha, Ilê Axé Omiojuarô,

rarquia se dá a partir das pessoas iniciadas há mais tempo, na composição do grupo, a liderança de Mãe Meninazinha se deu de forma orgânica.

E, como líder espiritual máxima, a iyalorixá inspirou os seguintes procedimentos:

- revisão das terminologias racistas e preconceituosas atribuídas aos bens sagrados;
- criação de protocolos de cuidado que respeitem a sacralidade dos objetos;
- criação de ações educativas que desconstruam preconceitos e estereótipos;
- produção de conhecimento em coautoria entre saberes acadêmicos e tradicionais;
- curadoria participativa e compartilhada nos processos expográficos virtuais e presenciais;

Abassá Lumyjacarê Junsara, Associação Beneficente Ilê Ase Ofa, Ile Omon Oya Legy, Comunidade de Terreiro Afro Indígena Casa do Perdão (Matriarcado Casa de Oya), Ilê Axé Iyá Omí Layó Egbé Obá Aganjú, Tenda Espírita Caboclo Flecheiro Cobra Coral, Templo do Vale do Sol e da Lua.

- partilha sistemática de fontes e de saberes;
- compreensão do Acervo Nosso Sagrado como um bem comum.

4.4. A composição do Grupo de Gestão Compartilhada do Acervo Nosso Sagrado

Presidência de honra:
Mãe Meninazinha de Oxum (Ilê Omolu Oxum)

Membros representantes das 10 casas religiosas de diferentes tradições que protagonizaram a campanha Liberte Nosso Sagrado:

Ilê Omolu Oxum Mãe Nilce de Iansã (titular) e Egbomi Marco Antonio Teobaldo de Oxóssi (suplente).

Associação Espírita Senhor do Bonfim Oxalá Kupapa Unsaba/Bate Folha Mametu Mabeji (titular) e Tata Songhele (suplente).

Ilê Axé Omiojuarô Pai Adailton de Ogum (titular) e Mãe Doya (suplente).

Abassá Lumyjacarê Junssara Mametu Lica Sitamba Kaumbia (titular) e Tata Maganza Uegia (suplente).

Ilê Omon Oyá Legy Ogã Marcos Aurélio Aprigio da Silva (titular) e Ricardo Nery Navarro (suplente).

Axé Iyá Nassô Oká Ilê Oxum / Casa de Iyá Nitinha Pai Mauro de Oxóssi (titular) e Ogã Antonio Luis Chagas da Silva (suplente).

Comunidade de Terreiro Afro Indígena Casa do Perdão (Matriarcado Casa de Oya) Mãe Flávia da Silva Pinto (titular) e Ogã André Meireles Gomes de Oliveira (suplente).

Ilê Axé Iyá Omi Layó Iyá Marcinha de Oxum (titular) e Moba Tainã (suplente).

Templo do Vale do Sol e da Lua Pai Thiago de Ogum (titular) e Alana Mendonça (suplente).

Tenda Espírita Caboclo Flecheiro Cobra Coral Pai Anderson Ferreira Nunes (titular) e Tatiana Paulino Azevedo (suplente).

Membros honorários:

Maria Helena Versiani
Mario de Souza Chagas

Observação:
Desde a sua fundação, em 19 de julho de 2018, o Grupo de Gestão Compartilhada do Acervo Nosso Sagrado sofreu a perda de duas grandes lideranças religiosas: Mãe Palmira de Oyá (Ilê Omon Oyá Legy), em 2020 e Tata Luazemi (Abassá Lumyjacarê Junssara), em 2024.



ACERVO ILÉ OMOLU OXUM / ALEX FERRO

5. Parâmetros para a Museologia de Terreiro: contribuições conceituais e metodológicas

5.1. Protagonismo museal e patrimonial

Mãe Meninazinha de Oxum, a partir de sua atuação objetiva e concreta, firmou a compreensão de que as comunidades de terreiro não devem ser meras "informantes", "colaboradoras" ou "consultoras" em processos museológicos e patrimoniais de memórias e identidades que lhes dizem respeito; ao contrário, devem ser protagonistas,

detentoras de autoridade decisória sobre suas próprias narrativas, museus, memórias e patrimônios.

Essa compreensão orientadora, combinada com a gestão compartilhada, tem potência suficiente para desafiar a colonialidade, a estrutura colonial da maioria dos museus brasileiros e de instituições públicas e privadas de memória e patrimônio, nas quais pretensos especialistas e curadores detêm o poder de nomear, classificar, interpretar e estabelecer diretrizes e políticas de preservação e conservação de culturas que não são as suas e com as quais não estão envolvidos organicamente.



ACERVO ILÊ OMOLU OXUM / ALEX FERRO

Adé da Oxum de Mãe Meninazinha. Metal recortado, com pedrarias. Ilê Omolu Oxum. São Mateus, São João de Meriti/RJ (1975).

5.2. Articulação entre o sagrado e o museal[10]

A museologia convencional,[11] de modo muito diferente da Museologia Social,[12] opera sob

10 Na Museologia Social, e isso, ao que parece, tem validade para a Museologia Indígena e para a Museologia de Terreiro, a distinção entre o "valor de culto e o valor de exposição" (ou museal), como está colocado no texto clássico de Walter Benjamin denominado "A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica", não reverbera. No âmbito dessas experiências e práticas de Museologia Social, muito mais importante do que a distinção entre o valor de culto e o valor de exposição é a articulação dinâmica e bastante singular entre eles. De algum modo, essas experiências e vivências nos dizem que a vida vale a pena e que na vida vivida nos movimentos sociais e nas religiões afro-indígenas não faz sentido a separação entre a cultura e a vida, entre o museu e a vida. Nessa perspectiva, faz sentido dizer que o museu é vida em movimento.

11 Compreende-se como museologia convencional aquela que segue e adota as regras, as normas e os padrões coloniais, eurocêntricos e egocêntricos, que está submetida ao mercado e que valoriza mais a preservação dos objetos do que a vida em movimento, aquela que opta pela acumulação de coisas e desvaloriza o mundo das relações e dos afetos.

12 Para uma melhor compreensão da Museologia Social no Brasil, ver as seguintes publicações: 1) "Museologia social", *Cadernos do CEOM*, v. 27, n. 41, disponível em: https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/issue/view/168; 2) "A museologia social e outras museologias possíveis", dossiê publicado nos *Anais do MHN*, v. 59 (2025),

a lógica da secularização ou, de modo mais radical, da profanação do sagrado: ao entrar em um espaço museal convencional, os objetos musealizados perderiam suas funções originais e ganhariam uma nova função – uma função de representação. A Museologia Social, a Museologia Indígena, a Museologia Quilombola e a Museologia de Terreiro, conforme praticada por Mãe Meninazinha de Oxum, recusam-se a validar essa dicotomia.

Na perspectiva dessas museologias, os bens sagrados mantêm sua dimensão sagrada, mesmo quando musealizados. Bens culturais musealizados não perdem sua função original; no máximo, ela será anestesiada. Isso não é uma novidade. Mesmo em museus convencionais, mesas e cadeiras que serviram para uma reunião ministerial, por exemplo, e que, posteriormente, foram musealizadas podem voltar a ser utilizadas

---

disponível em: https://anaismhn.museus.gov.br/index.php/amhn/index; e 3) "Museologia social e educação museal: a favor de um novo imaginário escovado a contrapelo", dossiê publicado pela *Revista Museologia e Patrimônio*, v. 18, n. 2 (2025), disponível em: https://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/issue/view/45.

para outras reuniões. O caso do mobiliário do Salão Ministerial do Museu da República, por exemplo, utilizado para intervenções de artes visuais, para filmagens cinematográficas, para espetáculos teatrais e para a assinatura de documentos oficiais, mereceria um estudo à parte. Além desses exemplos, ainda é possível citar o caso dos acervos de arte sacra católica, que, mesmo depois de musealizados, continuam sendo utilizados em determinadas funções litúrgicas.[13]

Indo além de todos esses exemplos, é possível sustentar que, no que se refere à Museologia de Terreiro, a movimentação entre o cultural e o cultual, ou entre o museal e o sagrado, está fundamentada em alguns protocolos específicos:

- rituais de permissão antes de manipular certos bens sagrados;

---

13 Ver a esse respeito: STORINO, Claudia Maria Pinheiro. **Paraty: museu e cidade-patrimônio (o lugar de memória do lugar de memória)**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Memória Social, Unirio, Rio de Janeiro, 2008. 183p.

- restrições sobre quem pode tocar determinados bens sagrados;
- formas específicas de exibir determinados bens sagrados;
- cuidados que transcendem a conservação física e incluem a manutenção energética dos bens sagrados;
- reconhecimento de que nem tudo pode ou deve ser exibido.

5.3. Museu como território de reparação

Para Mãe Meninazinha de Oxum, "o Nosso Sagrado não devia ser um acervo, mas, se é, que seja elemento pedagógico antirracista".[14] Essa formulação reposiciona radicalmente a assim chamada educação museal: não basta realizar atividades e jogos

14 Mãe Meninazinha de Oxum utiliza essa frase quase como um bordão. Aqui, para nosso texto, nossa referência está publicada e disponível em: https://noticiapreta.com.br/mae-meninazinha-de-oxum-lanca-projeto-de-pesquisa-com-aula-inaugural-em-universidade-do-rio-de-janeiro/.

educativo-culturais nos museus, é preciso realizar ações concretas de reparação. Não basta informar, é preciso combater e desconstruir o racismo. Não basta guardar objetos, é preciso restituir a dignidade dos bens sagrados e das lideranças religiosas.

Por esse caminho, é possível compreender que os museus não são espaços neutros de preservação, conservação e exposição; ao contrário, são espaços de disputa, de litígio, são arenas políticas.[15]

5.4. Metodologia participativa

A gestão compartilhada do Acervo Nosso Sagrado no Museu da República estabeleceu um conjunto de práticas e de metodologias que, a rigor, podem servir para inspirar outras experiências:

- **Inventário participativo:** A catalogação

15 Ver CHAGAS, Mario de Souza. *A imaginação museal: museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro*. Rio de Janeiro: MinC/Ibram, 2009.

dos bens sagrados foi feita em diálogo constante com a comunidade, incorporando terminologias e classificações próprias do candomblé e da umbanda.

- **Curadoria compartilhada:** As exposições realizadas, bem como aquelas que foram projetadas, não foram impostas ou arquitetadas por curadores externos, mas construídas coletivamente, respeitando as sensibilidades das diferentes comunidades de terreiro.

- **Educação popular museal em perspectiva dialógica:** Os processos educacionais não estão restritos à relação museu-escola e aos trabalhos que envolvem estudantes e professores. O público que frequenta um museu de terreiro, bem como o que frequenta o Acervo Nosso Sagrado e tem oportunidade de visitar a Reserva Técnica do Museu da República, é bastante diversificado e tem a possibilidade de vivenciar experiências educacionais singulares. A rigor, professo-

res, técnicos e estudantes aprendem com as lideranças religiosas sobre como cuidar adequadamente do patrimônio sagrado e lideranças religiosas aprendem com as pessoas que carregam consigo diferentes saberes e passam a demandar a presença de saberes específicos nos terreiros.

- **Documentação polifônica:** Os registros que seguem sendo produzidos e realizados a respeito do Acervo Nosso Sagrado, que agora, a partir da pesquisa em processo na Unirio, dá mais um salto de patamar, incluem múltiplas vozes e perspectivas e, por isso mesmo, reconhecem que não há uma única verdade sobre os bens sagrados, e sim saberes diversos que se complementam. A documentação que está sendo coligida e trabalhada é polifônica e envolve periódicos, inquéritos policiais, entrevistas, fotografias, laudos técnicos, documentação museológica, referências bibliográficas e outras fontes de pesquisa.

5.5. Dimensão performática da memória

No Museu Memorial Iyá Davina e no Acervo Nosso Sagrado, que se encontra no Museu da República, os objetos, como dizia Tata Luazemi (Pai Roberto Braga), "estão vivos e bem vivos, mais vivos do que muitos vivos".[16] A dinâmica da vida desses bens sagrados é realizada e performada por múltiplas mediações, entre as quais se destacam:

- xirês (rodas de canto e dança) que abrem e fecham eventos;
- indumentárias sagradas que vestem as divindades;
- alimentos votivos que são ofertados e compartilhados;
- modos de viver, aprender e preservar a memória do terreiro;

16 Ver o filme *Respeita Nosso Sagrado*, lançado em novembro de 2020, disponível em: https://vimeo.com/678929041/696b47369f.

- narrativas orais que contextualizam as tradições ancestrais;
- execução de músicas e toques rituais de atabaques;
- rituais que sacralizam os espaços;
- festas e festivais votivos;
- oficinas onde se transmitem saberes e fazeres tradicionais;
- presença constante de lideranças religiosas nos espaços museológicos.

Essa dimensão performática reconhece que, nas culturas de matriz africana, a memória não separa o corpo do espírito; ela é, ao mesmo tempo, uma memória corporal, transcendente, musical, auditiva, visual, gustativa, olfativa, tátil e gestual.

ACERVO ILÊ OMOLU OXUM / ALEX FERRO



Mãe Meninazinha de Oxum em sua fala de abertura, durante a cerimônia em que o Iphan anunciou a mudança oficial do nome para Acervo Nosso Sagrado. Museu da República/RJ, 20 de março de 2023

6. Além da Escola de Museologia, dois cursos de pós-graduação do CCHS apoiam a titulação de Mãe Meninazinha de Oxum

A Escola de Museologia compreendeu a importância da titulação de Mãe Meninazinha de Oxum por tudo que sua trajetória de vida significa, por tudo que ela realizou e continua realizando. A partir desse entendimento, foi elaborado um documento básico de sustentação de sua candidatura que, por sua vez, foi submetido ao colegiado da Escola de Museologia e aprovado por unanimidade. Essa aprovação motivou a adesão de dois programas de pós-graduação.

6.1. O apoio do Programa de Pós-graduação em Memória Social (PPGMS) e do Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio (PPGPMUS)

A candidatura de Mãe Meninazinha de Oxum ao título de Doutora Honoris Causa recebeu também o apoio do Programa de Pós-graduação em Memória Social e do Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio.
Além da dimensão política, ética e científica desse apoio, é importante registrar que Mãe Meninazinha de Oxum e o terreiro que ela lidera mobilizam memórias, patrimônios, territórios, linguagens, criatividades e dialogam com as linhas de pesquisa do PPGMS, organizadas da seguinte forma:

- Memória e Patrimônio;
- Memória e Espaço;
- Memória e Linguagem;
- Memória, Subjetividade e Criação.

De modo semelhante, é possível compreender que Mãe Meninazinha, sua liderança religiosa e as energias museais e patrimoniais que ela movimenta a partir do Ilê Omulu Oxum dialogam com as linhas de pesquisa do PPGPMUS:

- Museu e Museologia;
- Museologia, Patrimônio Integral e Desenvolvimento.

A Escola de Museologia e os dois referidos programas de pós-graduação têm no Ilê Omulu Oxum, no Museu Memorial Iyá Davina, na Galeria de Arte Mãe Meninazinha de Oxum, na Biblioteca Comunitária Ekedi Neide de Oxaguiã, no Arquivo do Terreiro, na Campanha Liberte Nosso Sagrado, no Acervo Nosso Sagrado, na vida e na trajetória de luta de Mãe Meninazinha e de suas filhas e filhos, irmãs e irmãos de luta, um conjunto expressivo de possibilidades de estudos e temas, sempre valorizando e respeitando o saber solidário e compartilhado. De algum modo, isso já acontece e pode

ser verificado nos projetos e pesquisas que estão em curso, bem como nas monografias, dissertações e teses defendidas e nos textos publicados por professores e estudantes da Unirio.

6.2. Produção acadêmica vinculada ao Nosso Sagrado

O CCHS da Unirio é uma instituição de referência na produção de conhecimento sobre o tema:

- A dissertação de Pamela de Oliveira Pereira, defendida em 2017 no PPGMS, denominada *Novos olhares sobre a coleção de objetos sagrados afro-brasileiros sob a guarda do Museu da Polícia: da repressão à repatriação*,[17] foi pioneira, no âmbito da Unirio, ao abordar o tema de modo objetivo e direto.

17 Ver a dissertação de Pamela Pereira, disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/http://www.memoriasocial.pro.br/documentos/Disserta%C3%A7%C3%B5es/Diss417.pdf.

- A tese de Pamela de Oliveira Pereira, defendida em 2023, no PPGMS, denominada *Respeitem o Nosso Sagrado: técnicas em museus e saberes tradicionais em negociação*,[18] constituiu um novo avanço nas pesquisas.

- A dissertação de Manon de Salles, defendida em 2025 no PPGPMUS, denominada *Vestir o sagrado: trajes religiosos afro-brasileiros*,[19] mergulhou em um expressivo conjunto de têxteis do Acervo Nosso Sagrado e contribuiu de modo notável para o avanço do conhecimento a respeito da manufatura dos trajes religiosos da coleção.

- A dissertação de Marco Antonio Teobaldo, defendida em 2025 no PPGPMUS, denominada *Museologia de Terreiro — vivências no*

---

18 Ver a tese de Pamela Pereira, disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/bitstream/handle/unirio/14002/Tese%20150%20-%20PAMELA%20DE%20OLIVEIRA%20PEREIRA.pdf?sequence=1&isAllowed=y

19 Ver a dissertação de Manon Salles, disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.unirio.br/ppg-pmus/manon_salles_ferreira.pdf.

Museu Memorial Iyá Davina,[20] buscou sistematizar em termos teóricos práticas iniciadas por Mãe Meninazinha no final do século XX.

- A monografia de Lívia Martins de Barros, defendida em 2026 na Escola de Museologia, denominada *Gestão compartilhada do Nosso Sagrado: uma prática de Museologia Social*,[21] cuida de analisar a experiência concreta de gestão compartilhada que foi realizada no Museu da República.

- Não vamos incluir aqui, mas vamos registrar, de passagem, que entre 2021 e 2026 foram publicados pelo menos 10 artigos assinados pelo atual diretor da Escola de Museologia, individualmente ou em parceria com lideranças religiosas e outras pessoas pesquisadoras, tratando do Acervo Nosso Sagrado.

---

20 Ver TEOBALDO, Marco Antonio. **Museologia de terreiro – vivências no Museu Memorial Iyá Davina**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2025. Defesa realizada no Ilê Omolu Oxum, em São João de Meriti, em 17 de junho de 2025.

21 O TCC ainda não está disponibilizado.

- Além dos artigos publicados, é importante registrar que está disponível um conjunto de palestras e *lives* realizadas por docentes do CCHS em parceria com lideranças religiosas e com pessoas pesquisadoras vinculadas a outras instituições.

Ao conceder o título de Doutora Honoris Causa à protagonista dessas transformações, a Unirio reconhece que a produção de conhecimento relevante não ocorre apenas dentro dos muros universitários, mas em diálogo com as comunidades tradicionais, que são, elas mesmas, produtoras de novos conhecimentos.

6.3. Compromisso ético e político

A Escola de Museologia do CCHS da Unirio tem o compromisso ético e político de combater o racismo em todas as suas formas. Esse compromisso, em nosso entendimento, implica a valorização das trajetórias de lideranças que transformaram e continuam transformando as realidades sociais

do Brasil; bem como o posicionamento claro ao lado das comunidades historicamente oprimidas e violentadas e o uso de seu capital simbólico para amplificar vozes que o racismo tenta silenciar.

Ao honrar Mãe Meninazinha de Oxum, a Escola de Museologia, acompanhada do PPGMS e do PPGPMUS, presta justa homenagem a uma líder excepcional e afirma seu compromisso com uma universidade antirracista, democrática e enraizada nas lutas sociais do país.

7. Múltiplas dimensões da atuação de Mãe Meninazinha de Oxum

7.1. Dimensão institucional

A chegada do Nosso Sagrado ao Museu da República produziu muitas mudanças institucionais, a começar pela criação e instalação do Grupo de Gestão Compartilhada, seguidas da abertura da Reserva Técnica à visitação pública e da revisão conceitual e prática de diversos procedimentos museológicos até então adotados. Outras mudanças relevantes foram:

- **Mudança da nomenclatura oficial** Em 2023, o Iphan alterou oficialmente o nome "Coleção Museu da Magia Negra" para

"Acervo Nosso Sagrado", atendendo a uma demanda da comunidade de terreiro e adotando o nome recomendado por Mãe Meninazinha de Oxum.

- **Replicabilidade das práticas institucionais** O sucesso do Grupo de Gestão Compartilhada inspirou discussões em outras instituições e continua estimulando novos procedimentos a favor da democratização da gestão museal e patrimonial.

- **Acordos de cooperação** Parcerias formais entre comunidades de terreiro e órgãos públicos (Museu da República, Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, Ministério da Saúde, Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, Defensoria Pública da União, Iphan e Unirio) estabeleceram precedentes institucionais importantíssimos.

- **Legislação** A Lei Estadual nº 9.209, de 11 de março de 2021, instituiu 21 de setembro como "Dia Estadual da Libertação do Acervo Sagrado Afro-brasileiro", marco

simbólico de reparação; a Lei nº 14.519, de 5 de janeiro de 2023, instituiu o dia 21 de março como "Dia Nacional das Tradições das Raízes de Matrizes Africanas e Nações do Candomblé".

As mudanças institucionais implicaram transformações subjetivas nas equipes de servidores públicos e de terceirizados; o combate ao racismo religioso passou a ser uma tônica institucional, o respeito ao Nosso Sagrado, independentemente das orientações religiosas pessoais, passou a ser uma prática cidadã.

7.2. Dimensão política e educacional

A chegada do Acervo Nosso Sagrado ao Museu da República, acompanhada da instalação do Grupo de Gestão Compartilhada, presidido por Mãe Meninazinha, foi uma conquista histórica e política das religiões de matriz afro-brasileira e, especialmente, de todas as pessoas que participaram e contribuíram com a Campanha Liberte Nosso

Sagrado. O Museu da República, ancorado na Museologia Social e na Educação Museal Popular, ganhou ampla visibilidade política junto às comunidades afro-brasileiras; passou a ser reconhecido como uma instituição de combate ao racismo religioso; passou a ser referência para a realização de pesquisas e de projetos político-educacionais envolvendo o Nosso Sagrado.

De acordo com informações divulgadas pelo Museu da República, entre 2020 e 2023, as ações vinculadas ao Acervo Nosso Sagrado alcançaram:

- 120 mil pessoas impactadas diretamente;
- 2.400 visitantes na Reserva Técnica (espaço tradicionalmente fechado ao público);
- 30 mil visitantes na exposição presencial (no Jardim e no Palácio do Catete);
- 9 mil visitantes na exposição virtual (Google Arts & Culture);
- 120 profissionais jurídicos capacitados sobre racismo religioso;

- 60 profissionais de patrimônio e museologia capacitados.

Por mais simples que sejam, esses números demonstram que a Museologia Social, articulada com a Educação Museal Popular, tem especial capacidade de produzir novidades.

7.3. Dimensão comunicacional e cultural

A ação de Mãe Meninazinha de Oxum e do Grupo de Gestão Compartilhada continua produzindo impactos relevantes no Museu da República, no Iphan, na Unirio e em outras instituições. Esses impactos vieram acompanhados de reconhecimentos políticos, comunicacionais e culturais específicos:

- **Visibilidade midiática** O Acervo Nosso Sagrado gerou ampla cobertura em mídia nacional e internacional, alterando percepções públicas sobre as religiões de matriz afro-brasileira;

- **Fortalecimento de redes** O Grupo de Gestão Compartilhada do Acervo Nosso Sagrado contribuiu para o fortalecimento de redes nacionais, estaduais e municipais, entre as quais se destacam a Rede Nacional de Religiões Afro-brasileiras e Saúde (Renafro), a Rede de Museologia Social do Rio de Janeiro (Remus-RJ) e a Rede Brasileira de Museologia de Terreiro (Remuste).

- **Reconhecimentos oficiais recentes** Mãe Meninazinha recebeu nos últimos tempos prêmios importantes, entre os quais se destacam: Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade (MinC/Iphan, 2023), maior honraria do patrimônio cultural brasileiro, que reconheceu a excelência da Gestão Compartilhada do Nosso Sagrado; Diploma Heloneida Studart (Alerj, 2023), pelo seu trabalho junto ao Museu Memorial Iyá Davina; Prêmio Ponto de Cultura – Sérgio Mamberti (MinC, 2023); Prêmio Ponto de Memória (MinC/Ibram, 2023); Prêmio

Inventário Participativo (MinC/Ibram, 2023); Medalha de Honra ao Mérito da Escola de Museologia (Unirio, 2025), pela sua trajetória de luta e manutenção da memória e das tradições das religiões de matriz africana.

- **Filmografia e outros produtos culturais** Documentários *Nosso Sagrado* (2017); *Respeita Nosso Sagrado* (2020); *Balaio de Omolu* (2021); séries de *lives* e *podcasts*; edições de materiais gráficos pedagógicos e institucionais; enredo do GRES Unidos da Ponte.

Por mais que se tente organizar em itens, setores e seções, a vida e a atuação de Mãe Meninazinha de Oxum não cabem em casinhas, em quadrículas preestabelecidas. Sua vida e a vida das instituições e iniciativas que ela criou e das quais participa continuam sendo inspiradoras e transbordando.

ACERVO ILÊ OMOLU OXUM / ALEX FERRO



Cadeira da Oxum de Mãe Meninazinha, Ilê Omolu Oxum. São João de Meriti/RJ (2022).

8. O legado: além da trajetória individual

8.1. Formação de lideranças

Mãe Meninazinha de Oxum, ao longo de mais de seis décadas:

- iniciou mais de 350 pessoas no candomblé, transmitindo conhecimentos ancestrais;
- criou uma série de projetos socioculturais de promoção de direitos humanos e valorização das tradições afro-brasileiras;
- capacitou lideranças de terreiro para articulação política e institucional;
- inspirou jovens pesquisadores negros a investigarem seus próprios patrimônios culturais;

- demonstrou para novas gerações que resistência cultural é uma forma legítima e poderosa de produção de conhecimento.

8.2. Saberes solidários

Gradualmente, o saber acumulado, produzido e compartilhado por Mãe Meninazinha de Oxum e por todo o povo do Ilê Omulu Oxum, sem perder a conexão com a ancestralidade, vem contribuindo de modo solidário para a produção de:

- teses, dissertações e monografias;
- artigos científicos que analisam, entre outras coisas, a metodologia da gestão compartilhada;
- exposições museológicas (virtuais e presenciais);
- documentários audiovisuais diversos;
- reportagens jornalísticas;

- protocolos de cuidado, preservação, conservação e restauração patrimonial que incorporam conhecimentos afro-brasileiros;
- produção de catálogos, cartilhas e material de divulgação de conhecimentos tradicionais.

A perspectiva dos saberes solidários abre diálogos entre os saberes tradicionais e os saberes acadêmicos, sem querer reduzir ou subordinar um ao outro, mas, ao contrário, produzindo um campo fértil de encontros, conversas e respeito mútuo.

8.3. A força transformadora das comunidades de terreiro

A construção, a preservação e a transmissão de saberes nas religiões de matriz afro-brasileira sustentam-se na coletividade, na comunidade de terreiro, na valorização do bem comum. A partir dessa perspectiva,

é possível dizer que Mãe Meninazinha de Oxum – ao lado de muitas outras mães e pais de santo, ao lado de muitas filhas e filhos de santo, de muitas e muitos intelectuais, de muitas escritoras e escritores, de muitas pesquisadoras e pesquisadores – participou ativamente da luta de construção de um outro olhar para as religiões afro-brasileiras. Essa luta, que está longe do fim, tem sido decisiva para:

- reconhecer as religiões afro-brasileiras como patrimônio cultural valorizado e respeitado;

- produzir uma reviravolta exusíaca e transformar os bens sagrados que um dia foram preservados como "provas de um crime", que nunca existiu, em provas, documentos e testemunhos materiais comprobatórios da violência e do crime praticado pelo Estado contra as religiões afro-brasileiras;

- organizar paciente e firmemente a luta pela reparação histórica, simbólica e econômica;

- afirmar as comunidades de terreiro como agentes políticos capazes de produzir, gerir e transformar instituições, sociedades e realidades.

- reconhecer o modelo colaborativo e horizontal que une conhecimento acadêmico e comunitário.

Um dos desafios das comunidades de terreiro envolve a construção de políticas públicas que visem à defesa do direito de essas comunidades gerenciarem seus próprios patrimônios, sem deixarem de contar com o apoio técnico, científico e financeiro das universidades e do poder público sempre que for necessário.

8.4. Inspiração para movimentos futuros

A vitória da campanha "Liberte Nosso Sagrado" tem inspirado mobilizações em outros estados e estimulado um movimento de reivindicação de libertação de objetos

sagrados que foram sequestrados ou roubados de suas casas de origem e que, até hoje, permanecem em instituições que não foram validadas por lideranças e praticantes das religiões afro-brasileiras. Esse é o caso da Coleção Xangô – Museu do Estado (Pernambuco), da Coleção Perseverança (Alagoas), da Coleção Estácio de Lima – UFBA (Bahia), da Coleção Afro-pernambucano – CCSP (São Paulo), da Coleção de Objetos Sagrados – Instituto de Pesquisa das Culturas Negras IPCN (Rio de Janeiro) e da Coleção Batuque, do Rio Grande do Sul, que se encontra na Alemanha.

Os caminhos abertos por Mãe Meninazinha de Oxum e por muitas pessoas que vieram antes dela, por outras tantas pessoas que vieram juntas e que são contemporâneas a ela, bem como por algumas pessoas que vieram depois e que se engajaram na luta, são inspiradores.

Há muito o que fazer, pensar, pesquisar, produzir e devolver à sociedade. É bom reconhecer que a Unirio está radicalmente comprometida com as causas do combate ao racismo religioso e da defesa do Acervo Nosso Sagrado.

9. O racismo no Brasil é coisa de branco e tem raiz colonial

9.1. Racialização da vida

Desde a colonização portuguesa e durante quase quatrocentos anos, a mão de obra escravizada de pessoas indígenas, africanas e afrodescendentes foi explorada, sob a justificativa infundada de serem selvagens, inferiores, incivilizadas. Os pensadores da desigualdade, por meio de uma retórica discriminatória, camuflada em um discurso pseudocientífico, quando não em nome da cruz e da espada, incutiram a racialização da vida na ordem do dia, estruturando as relações sociais no Brasil a partir da raça.

O tráfico negreiro ganhou escala desmedida: nenhum país do mundo recebeu tantos africanos escravizados quanto o

Brasil. De acordo com a plataforma *Slave Voyages*,[22] cerca de 12 milhões de escravizados entraram nas Américas. Desses, mais de 5 milhões entraram no Brasil. O porto do Rio de Janeiro foi o que recebeu mais escravizados em todo o mundo. Chegaram à força no país diferentes grupos étnicos africanos – bantos, nagôs e jejes e muitos outros – provenientes de regiões e culturas muito diferentes. Trouxeram saberes que foram apropriados pelo regime colonial português, pela monarquia brasileira e pelas famílias brancas de traficantes e escravistas – o que é bem analisado pela historiadora Beatriz Nascimento, no livro *Uma história feita por mãos negras* (2021). Toda a riqueza do Brasil colonial e imperial foi produzida por esses povos.

Analisando por qualquer prisma, a escravidão brasileira representa o ápice da barbárie e da ignorância. É um erro, contudo, limitar os africanos escravizados apenas ao papel de vítimas. Na vivência cotidiana, a recriação de suas práticas culturais

22 Ver: https://www.slavevoyages.org.

foi um esforço ativo de resistência para garantir a sua existência e humanidade. O legado da prática cultural de matriz africana no Brasil moldou o modo de vida brasileiro e está profundamente incorporado ao cotidiano, destacando-se nas mais diversas influências culturais como símbolos definidores de nossa identidade.

9.2. A valorização de outros saberes

Michel Foucault, em *Do governo dos vivos* (2018), discute que a nossa visão do mundo é moldada pelo conhecimento, que não é imparcial; ao contrário, trata-se de uma construção histórica e social em que saber e poder se retroalimentam, produzindo um ao outro. Ele lembra que o saber de matriz branca impõe um "regime de verdade", baseado no que os grupos dominantes validam e disseminam. Esse mecanismo estabelece as normas que definem o que é aceito como verdadeiro ou falso em uma sociedade. Trata-se de uma construção social e política ligada ao poder, que classifica e

hierarquiza os saberes, definindo o que tem valor superior e inferior.

Para fugir dessa trama, importa valorizar os "saberes subjugados", conforme abordado por Foucault, historicamente descartados pelo discurso dominante, para que sejamos mais livres e críticos em relação às estruturas dominantes. Como se lê em *O Atlântico negro* (2001), de Paul Gilroy, importa compreender que a agência, as realizações e a produção de conhecimento das pessoas negras sempre existiram e estão presentes em todos os espaços da vida dos brasileiros e das brasileiras.

9.3. A batalha no passado e no presente pelo futuro ancestral

Benjamin (1994) diz que a batalha pelo futuro envolve vivos e mortos, visando transformar o agora e, simultaneamente, ressignificar o passado, a história. Avançar é retomar para recontar a história, que é ancestral e que dá propósito à existência; é saber que o saber nunca é solitário, mas construído coletivamente.

O racismo opera em dimensões muito sutis, que vão além do preconceito de cor. Ele manifesta-se também por meio da negação cultural. Uma prática muito comum e invisível do racismo é o epistemicídio, que atua para a depreciação dos saberes, criações e produções simbólicas de determinados grupos, em que as pessoas negras são percebidas como um tipo de não-ser intelectual – conceito que Sueli Carneiro aborda com profundidade em sua tese *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser* (2005).

O racismo atua para invisibilizar o legado africano e diaspórico, deslegitimando saberes e instituições negras, ao reduzi-los a simples crença ou ativismo, em uma visão muito limitada e enviesada do conhecimento humano. O epistemicídio é uma ferramenta de dominação que visa impor o pensamento branco como a única forma válida de ciência e conhecimento, anulando e inferiorizando qualquer produção intelectual que não venha da branquitude. Opera com a falsa ideia da indigência cultural, ressaltando a exclusão (forçada) dos afrodescendentes do acesso

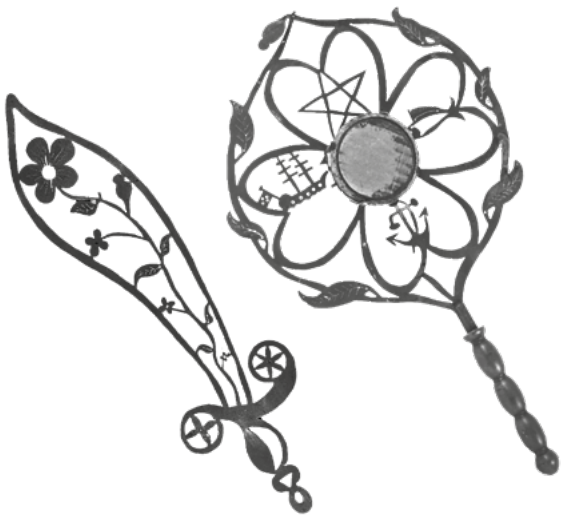
à educação formal, que apostou em perpetuar subalternidades e, sistematicamente, desqualificar saberes, filosofias, histórias e cosmovisões de matriz africana, negando às pessoas negras a condição de agentes cognoscentes. O epistemicídio projeta na pessoa negra uma condição de carência intelectual extrema, que, por sua vez, devolve, em forma de luta, a teimosia pelo direito de viver a partir das construções relevantes ao seu pertencimento, aos seus modos culturais de ocupar o território da memória e da história, de existir e construir conhecimento sobre o mundo.

9.5. Deseducar para educar – o antirracismo como prática transformadora

O racismo é um componente da estrutura social, política e econômica. Ele se materializou historicamente e enraizou-se no presente cotidiano. Reproduzido repetidamente por gerações, acabou por agir para normalizar a desigualdade e a segregação

racial, que não são normalizáveis. Por isso, Angela Davis (2016) ensina que não basta educar, é preciso praticar o antirracismo. Uma educação que não questiona o racismo e não confronta a normalização dos parâmetros racializados que corrompem a sociedade reproduz a discriminação racial. Essa é a prática transformadora que Mãe Meninazinha vem realizando ao longo de sua trajetória de vida.

ACERVO ILÊ OMOLU OXUM / ALEX FERRO



Obé e Abebé da Oxum de Tia Madalena. Paramentas utilizadas pela Oxum de Mãe Meninazinha em 1960. Casa-Grande de Mesquita/RJ (1940).



ACERVO ILÊ OMOLU OXUM / ALEX FERRO

10. Considerações finais

O título de Doutora Honoris Causa para Maria do Nascimento, Mãe Meninazinha de Oxum, não é uma concessão generosa da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (por mais generosidade que haja nesse gesto), mas o reconhecimento justo de que estamos diante de uma mulher negra, extraordinária sacerdotisa, mãe acolhedora e formadora de homens e mulheres, produtora de conhecimento de excelência, inovadora em termos culturais e museais, detentora de saberes ancestrais e guardiã de memórias coletivas. Mãe Meninazinha é isso e ainda mais. Mãe Meninazinha possui um conhecimento sofisticado das tradições afro-brasileiras, conhecimento esse que é, em si mesmo, um campo de saber complexo e fundamental para a compreensão da cultura brasileira.

Ao honrar Mãe Meninazinha de Oxum, a Unirio honra também:

- as iyalorixás e os babalorixás do candomblé, as zeladoras e os zeladores da umbanda que preservaram e continuam preservando os saberes ancestrais dos povos tradicionais de matriz afro-brasileira;
- os povos originários que, com seus corpos, seus saberes e fazeres, resistiram e ainda resistem ao domínio colonial e às tentativas de subordiná-los e subalternizá-los;
- as comunidades tradicionais que resistem com suas tecnologias ancestrais e sociais à guerra assimétrica promovida pelo grande capital, que as quer apagar do mapa da vida;
- os movimentos sociais que enfrentam, lutam e transformam as estruturas injustas da sociedade brasileira.

Ao aprovar a concessão do título de Doutora Honoris Causa para Mãe Meninazinha de Oxum, a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) é que se honra. A rigor, ela não precisa desse título, nós é que precisamos conceder esse título a ela. Esse é um tema da maior importância para a nossa universidade; ele ancora ou deve ancorar o papel democrático e decolonial que a Unirio vem assumindo, gradual e sistematicamente, nos últimos tempos. Honra-nos a afirmação de que somos, como diria Darcy Ribeiro, na teoria e na prática, uma "universidade necessária"; honra-nos poder afirmar que queremos ser, como diria Paulo Freire, uma universidade "dialógica" e "libertária".

Por tudo que foi apresentado, solicitamos às senhoras e aos senhores conselheiros, bem como às pró-reitoras e aos pró-reitores, às professoras e aos professores, às técnicas e aos técnicos, às estudantes e aos estudantes e, por fim, ao magnífico reitor professor doutor José da Costa Filho, a aprovação do título de Doutora Honoris Causa para Mãe Meninazinha de Oxum.

No entendimento dos coordenadores, professores, pesquisadores e colaboradores que sustentam este dossiê, Mãe Meninazinha de Oxum é doutora pela luta, pela prática, pela dedicação, pelos saberes culturais e religiosos envolvidos, acumulados e compartilhados durante mais de meio século.

11. Referências

ABREU, Regina. **A fabricação do imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil**. Rio de Janeiro: Lapa/Rocco, 1996.

BARROS, Lívia Martins de. **Gestão compartilhada do Nosso Sagrado: uma prática de Museologia Social.** Monografia (Graduação em Museologia) – Escola de Museologia, Unirio, Rio de Janeiro, 2026.

BENJAMIN, Walter. Teses sobre o conceito de História. *In*: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BRASIL. **Lei nº 9209, de 3 de janeiro de 2021.** Institui o dia 21 de setembro como "Dia Estadual da Libertação do Acervo Sagrado". Rio de Janeiro, 2021.

CARNEIRO, Sueli. **A Construção do outro como n*ão*-ser como fundamento do ser**. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CHAGAS, Mario. **Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade**. Chapecó: Argos, 2006.

CHAGAS, Mario. **A imaginação museal: museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro**. Rio de Janeiro: MinC/Ibram, 2009.

CHAGAS, Mario. Museus, memórias e movimentos sociais. **Cadernos de Sociomuseologia**, Lisboa, n. 41,

2011, p. 5-16. Disponível em: https://museologia-portugal.net/files/sociomuseologia_leitura_critica_mundo-com_capa_final-rev_carolina-copiar.pdf. Acesso em: 12 dez. 2025.

CHAGAS, Mario; VERSIANI, Maria Helena; TEOBALDO, Marco Antonio. O Nosso Sagrado, Exu Ijelu e o Anjo da História. *In*: VILARON, André *et al*. **Retomadas**. São Paulo: Expressão Popular, 2025.

CONDURU, Roberto. **Arte afro-brasileira**. Belo Horizonte: C/Arte, 2007. (Coleção Didática).

CONDURU, Roberto. **Pérolas negras – primeiros fios: experiências artísticas e culturais nos fluxos entre África e Brasil**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Trad. Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Do governo dos vivos**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2018.

FREITAS, Ricardo. Olhares sobre o patrimônio religioso. *In*: GOMES, Edlaine de Campos; OLIVEIRA, Paola Lins de (org.). **Memorial Iyá Davina: reflexões sobre o primeiro museu do candomblé no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Mar de Ideias, 2016.

GILROY, Paul. **O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência**. São Paulo: Editora 34, 2001.

HEYWOOD, Linda Marinda (org.). **Diáspora negra no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2009.

IANSÃ, Mãe Nilce de. **Projeto Omi Odara 272 – livro de receitas**. São João de Meriti: Ed. Ilê Omolu Oxum, 1999.

IANSÃ, Mãe Nilce de. **E Wa Jeum – guia de receitas da culinária afro-brasileira**. São João de Meriti: Ed. Ilê Omolu Oxum, 2006.

IANSÃ, Mãe Nilce de. **Aláfia – guia de direitos das mulheres negras**. São João de Meriti: Ed. Ilê Omolu Oxum, 2008a.

IANSÃ, Mãe Nilce de. **Ewé Lará – guia de receitas da culinária afro-brasileira**. São João de Meriti: Ed. Ilê Omolu Oxum, 2008b.

IANSÃ, Mãe Nilce de. **Ilê Omolu Oxum fazendo arte com axé**. São João de Meriti: Ed. Ilê Omolu Oxum, 2013a.

IANSÃ, Mãe Nilce de. **Mulheres guerreiras contra a violência**. São João de Meriti: Ed. Ilê Omolu Oxum, 2013b.

IANSÃ, Mãe Nilce de. **Mulheres de Axé – mobilizadas contra a violência doméstica e familiar**. 2. ed. São João de Meriti: Ed. Ilê Omolu Oxum, 2015.

IANSÃ, Mãe Nilce de. **Owó**. São João de Meriti: Ed. Ilê Omolu Oxum, 2016.

IANSÃ, Mãe Nilce de. **Adupé – arte com axé e sustentabilidade**. 3. ed. São João de Meriti: Ed. Ilê Omolu Oxum, 2023a.

IANSÃ, Mãe Nilce de. **Moda de terreiro**. São João de Meriti: Ed. Ilê Omolu Oxum, 2023b.

IANSÃ, Mãe Nilce de. **Culinária de Axé — troca de saberes e sabores nos terreiros**. São João de Meriti: Ed. Ilê Omolu Oxum, 2024.

IANSÃ, Mãe Nilce de. **Moda de terreiro — respeitando o saber ancestral de cada tradição**. São João de Meriti: Ed. Ilê Omolu Oxum, 2025.

ILÊ OMOLU OXUM. **Balaio de Omolu**, documentário. 25 min. Produção Quimera Empreendimentos Culturais. **São João de Meriti,** Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=bC9LlVZEWXg. Acesso em: 8 maio 2026.

ILÊ OMOLU OXUM. **Memórias e saberes**, documentário. 22 min. Produção CULTNE, São João de Meriti, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=kVrOf-F4Ddc. Acesso em: 8 maio 2026.

ILÊ OMOLU OXUM. **Memórias e saberes**, episódios 1, 2, 3, 4, 5 e 6. Produção CULTNE, São João de Meriti, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=mx3Wm838JYE; https://www.youtube.com/watch?v=X3ZBJAWahbE; https://www.youtube.com/watch?v=2MBoLZH0s7M&t=34s; https://www.youtube.com/watch?v=WeCEs5HaLzw; https://www.youtube.com/watch?v=f1xguzqEoHo; https://www.youtube.com/watch?v=Sxow_Qo0naw. Acesso em: 8 maio 2026.

IPHAN — Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Livro do Tombo Arqueológico, Paisagístico e Etnográfico**. Registro da "Coleção Museu da Magia Negra", 1938.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade**. Reconhecimento da gestão compartilhada do Acervo Nosso Sagrado, 2023.

JAGUN, Márcio de. **Orí: a cabeça como divindade – história, cultura, filosofia e religiosidade africana**. Rio de Janeiro: Litteris, 2015.

JAGUN, Márcio de. **Yorùbá: Vocabulário Temático do Candomblé – tradução organizada por assuntos, com explicações rituais e teológicas do culto aos deuses africanos de etnia yorùbá**. Rio de Janeiro: Litteris/ UERJ, 2017.

JAGUN, Márcio de. **Filosofia descolonial do candomblé Nagô**. Rio de Janeiro: Litteris, 2024.

LODY, Raul Giovanni da Motta. **Coleção Culto Afro-Brasileiro: um documento do candomblé na cidade de Salvador**. Salvador; Rio de Janeiro: Fundação Cultural do Estado da Bahia; MinC; Funarte; Instituto Nacional do Folclore, 1985.

LODY, Raul Giovanni da Motta. **O negro no museu brasileiro: construindo identidades**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

LOPES, Nei; SIMAS, Luiz Antônio. **Dicionário da História Social do Samba**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

MAGGIE, Yvonne. **Medo do feitiço: relações entre magia e poder no Brasil**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras**: relações raciais, quilombos e movimentos. Org. Alex Ratts. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

NASCIMENTO, Maria do (Mãe Meninazinha de Oxum). **História de uma Meninazinha – o legado ancestral**. Projeto Memorial Iyá Davina – Mantendo o legado ancestral. Rio de Janeiro: ed. da autora, 2015.

OXUM, Mãe Meninazinha de; IANSÃ, Mãe Nilce de; VERSIANI, Maria Helena; CHAGAS, Mario. A chegada do nosso sagrado no Museu da República: "a fé não costuma faiá". *In*: PRIMO, Judite; MOUTINHO, Mário (org.). **Sociomuseologia: para uma leitura crítica do mundo**. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 2021.

OXUM, Mãe Meninazinha de; IANSÃ, Mãe Nilce de; TEOBALDO, Marco Antônio. **Museu Memorial Iyá Davina**, catálogo. Produção Quimera Empreendimentos Culturais, São João de Meriti, Rio de Janeiro: Ed. Ilê Omolu Oxum. 2021. Disponível em: https://ileomolueoxum.org/museu-memorial-iya-davina/#flipbook-df_89/1/. Acesso em: 8 maio 2026.

PEREIRA, Pamela de Oliveira. **Novos olhares sobre a coleção de objetos sagrados afro-brasileiros sob a guarda do Museu da Polícia: da repressão à repatriação**. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Programa de Pós-graduação em Memória Social. PPGMS), Unirio, Rio de Janeiro, 2017.

PEREIRA, Pamela de Oliveira. **Respeitem o Nosso Sagrado: técnicas em museus e saberes tradicionais em negociação**. Tese (Doutorado em Memória Social) – Programa de Pós-graduação em Memória Social, Unirio, Rio de Janeiro, 2023.

PRANDI, Reginaldo. **Mitologia dos orixás**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

QUIPROCÓ FILMES. **Nosso Sagrado**. Rio de Janeiro, 2017. https://studio.youtube.com/video/8bctwksTgJ4/edit (privado).

QUIPROCÓ FILMES. **Respeita Nosso Sagrado**. Rio de Janeiro, 2020. https://studio.youtube.com/video/ZDNGhuEeigQ/edit (privado).

RIO MEMÓRIAS. **Memórias cariocas**, websérie – "Origens suburbanas", episódio 1. 30 min. Rio de Janeiro: Produção: Rio Memórias, 2025. Disponível em: https://youtu.be/rVKfe_7yXEk?si=kVN_F6rjudiqkumn. Acesso em: 8 maio 2026.

SALLES, Manon Regis Silveira. **Tecendo memórias, vestindo histórias: análise da coleção de objetos têxteis sagrados afro-brasileiros do Acervo Nosso Sagrado**. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) – Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2025.

SILVA, José Marmo. **Laroiê**. São João de Meriti: Ed. Ilê Omolu Oxum, 2013.

STORINO, Claudia Maria Pinheiro. **Paraty: museu e cidade-patrimônio (o lugar de memória do lugar de**

memória). Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Memória Social, Unirio, Rio de Janeiro, 2008. 183p.

TEOBALDO, Marco Antonio. **Museologia de Terreiro – vivências no Museu Memorial Iyá Davina**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2025. (Defesa realizada no Ilê Omolu Oxum, São João de Meriti, em 17 de junho de 2025).

VARINE, Hugues de. A respeito da Mesa-Redonda de Santiago do Chile (1972). *In*: BRUNO, Maria Cristina Oliveira (org.). **Icom/Brasil e o pensamento museológico brasileiro: documentos selecionados**. São Paulo: Pinacoteca do Estado/Secretaria de Estado da Cultura/Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010, p. 38-42.

Mãe Meninazinha de Oxum durante as gravações do documentário Memórias e Saberes *(2023).*

Este livro foi impresso pela gráfica Alvolaser
para a Espirógrafo Editorial, em junho
de 2026, 29 anos da criação do
Museu Memorial Iyá Davina e seis anos depois
do Acervo Nosso Sagrado ser libertado.



ACERVO ILÊ OMOLU OXUM / ALEX FERRO

com a denominada **Museologia Social** e, de modo mais específico, com a assim chamada **Museologia de Terreiro**.

Suas contribuições para os estudos e projetos de pesquisa, ensino e extensão da Escola de Museologia, bem como dos programas de pós-graduação em Memória Social e em Museologia e Patrimônio, se evidenciam por meio de monografias, dissertações, teses, textos publicados, palestras, seminários e outros percursos universitários.

No entendimento dos coordenadores, professores, pesquisadores e colaboradores que sustentam este dossiê, **Mãe Meninazinha de Oxum é doutora pela luta, pela prática, pela dedicação, pelos saberes culturais e religiosos** envolvidos, acumulados e compartilhados durante mais de meio século.

Mario Chagas,
Maria Helena Versiani e
Marco Antonio Teobaldo

Ao aprovar a concessão do título de **Doutora Honoris Causa para Mãe Meninazinha de Oxum**, a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) é que se honra. A rigor, ela não precisa desse título, nós é que precisamos conceder esse título a ela. Esse é um tema da maior importância para a nossa universidade; ele ancora ou deve ancorar o papel democrático e decolonial que a Unirio vem assumindo, gradual e sistematicamente, nos últimos tempos. Honra-nos a afirmação de que somos, como diria Darcy Ribeiro, na teoria e na prática, uma "universidade necessária"; honra-nos poder afirmar que queremos ser, como diria Paulo Freire, uma universidade "dialógica" e "libertária".

Mario Chagas,
Maria Helena Versiani e
Marco Antonio Teobaldo

ISBN: 978-8-56800-212-4
9 788568 002124

espirógrafo
editorial